

**A. I. Nº** - 298945.0013/21-9  
**AUTUADO** - MD MATERIAL HOSPITALAR EIRELI  
**AUTUANTE** - SÉRGIO MARCOS DE ARAÚJO CARVALHO  
- JOSERITA MARIA SOUSA BELITARDO DE CARVALHO  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - PUBLICAÇÃO - 07.02.2022

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0009-06/22-VD

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. A Impugnante desistiu da defesa, concordou com a acusação fiscal se comprometendo em quitar a dívida tributária. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração objeto deste relatório foi lavrado em 31/03/2021 e se refere à cobrança de ICMS no valor de **R\$225.294,36**, bem como aplicação de multa no percentual de 60%, pela constatação da seguinte infração:

Infração 01 - 002.001.003 – Deixou de recolher o ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis. Referente ao período de janeiro a dezembro de 2018

Constata-se que tempestivamente a Autuada apresentou impugnação ao lançamento através dos documentos constantes às fls. 24 a 25.

Disse a defesa que a Autuada reconhece a pertinência da acusação fiscal e se propõe a recolher o valor devido mediante Certificado de Crédito Fiscal do ICMS, procedente da empresa MASTROTTO BRASIL S/A. CAD. 052.014.783 NO.

A informação fiscal consta da fl. 30, o Autuante reproduziu decisão da defesa e opinou pela procedência do Auto de Infração.

É o relatório.

#### VOTO

Preliminarmente verifico que o presente lançamento de crédito tributário está revestido das formalidades legais exigidas pelo RPAF/99, tendo sido a infração a multa e suas respectivas bases legais, evidenciadas de acordo com a infração imputada e demonstrativos detalhados do débito, com indicação clara do nome, do endereço e da qualificação fiscal do sujeito passivo.

Se trata de processo administrativo fiscal inaugurado pela impugnação ao Auto de Infração n.º **298945.0013/21-9**, que foi lavrado para fins de lançamento de crédito tributário relativo ao ICMS, bem como aplicação de multa, haja vista o resultado da auditoria fiscal indicar haver a contribuinte deixado de recolher o ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis.

A Impugnante aquiesceu com a acusação entabulada pela infração 01, de maneira que se encerra este Processo Administrativo Fiscal com espeque no inciso IV do art. 122 do RPAF, haja vista a desistência da defesa ou do recurso, de maneira que voto pela PROCEDÊNCIA do presente auto de Infração.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **298945.0013/21-9**, lavrado contra a empresa MD MATERIAL HOSPITALAR EIRELI, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do

imposto no valor de **R\$225.294,36**, e homologados os valores comprovadamente recolhidos, acrescido da multa, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 26 de janeiro de 2022.

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - JULGADOR